

Ativistas-ilha: o espaço enquanto fator de (in)visibilidade da diversidade sexual

Island-activists: the centrality of space in the (in)visibility of sexual diversity

Joana Brilhante^{1,a*}

Resumo Este artigo reflete na centralidade do espaço relativamente à (in)visibilidade de pessoas LGBTQ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Queer) através de um estudo de caso na Região Autónoma dos Açores (RAA). A partir de uma análise qualitativa, utilizaram-se entrevistas semiestruturadas para estudar as experiências e perceções de ativistas LGBTQ locais, colocando a insularidade enquanto lente de análise para pensar na forma como as sexualidades são situadas num dado contexto espaço-temporal. A geografia insular revela-se uma ferramenta de análise com elevado potencial ao demonstrar que o isolamento conferido pela condição geográfica ultrapassa os limites da própria geografia, permeando as vivências não heterocisnormativas, isolando-as, e criando aquilo que desigmo por Activistas-Ilha.

Palavras-chave: Geografia das sexualidades; ativismo LGBTQ; insularidade; Região Autónoma dos Açores.

Abstract This paper considers the centrality of space regarding the (in)visibilities of LGBTQ (Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Queer) people, using a case study in the Autonomous Region of Azores. It is a qualitative study that uses semi structured interviews to analyse the perceptions and experiences of local LGBTQ activists, adopting insularity as a lens to analyse the ways in which sexualities are situated in space and time. The insular geography reveals itself as a very promising tool, showing that the isolation stemming from the geographic conditions exceeds geography and slips into non normative experiences, isolating them and creating what I suggest to call Island-Activists.

Keywords: Geography of sexualities; LGBTQ activism; insularity; Autonomous Region of Azores.

¹ CES – Centro de Estudos Sociais, University of Coimbra

^a orcid.org/0000-0001-9839-7007

* joanabrilhante@ces.uc.pt



Introdução

A discriminação sentida pela população Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Queer (doravante LGBTQ) tem mobilizado inúmeros atores sociais, dos mais variados sectores e origens geográficas, a estudar, conhecer, descrever e intervir em prol de sociedades mais justas, nas quais a discriminação com base na orientação sexual e/ou identidade e expressão de género não tenha lugar. Data de 11 de março de 2021 a resolução do Parlamento Europeu que proclama a União Europeia como zona de liberdade para pessoas LGBTQ (2021/2557(RSP)). Esta constitui mais um reforço aos tratados e recomendações onde se consagra o direito à igualdade e não discriminação enquanto direito fundamental, para o qual os estados membros têm “a obrigação e o dever de respeitar, garantir, salvaguardar e observar” (Parlamento Europeu, 2021: sp).

No nosso país, as variadas diretrizes internacionais, o esforço de instituições, associações e pessoas individuais têm-se traduzido em avanços legislativos concretos, especialmente nas últimas duas décadas (Santos, 2018). Não obstante, um quadro legal progressista não se traduz diretamente numa sociedade livre de preconceitos (Ferreira e Silva, 2011; Kapur, 2006). Confirma-se esta afirmação ao olhar para relatórios nacionais e internacionais demonstrativos da violência, opressão e invisibilidade de que as pessoas LGBTQ são alvo (FRA, 2020; Relatório ILGA, 2020).

Variadas abordagens podem ser utilizadas para estudar o fenómeno da discriminação de pessoas com identidades não normativas. Neste artigo, propomos fazê-lo através de um elemento-chave: o espaço. A relação entre sexualidade e espaço tem vindo a ser amplamente explorada no âmbito dos estudos sobre sexualidades, especialmente a partir de meados da década de 1990 (Bell e Valentine, 1995; Hubbard, 2018; Browne et al., 2019). Esta centralidade do espaço na construção das sexualidades permite uma análise mais focada em identidades e práticas, na forma como as representamos, legitimamos ou rejeitamos em cada contexto. Por outras palavras, permite-nos verificar como as sexualidades são situadas num dado contexto espaciotemporal (Browne et al., 2007; Browne e Brown, 2016).

Em Portugal, apesar de um crescente interesse da academia nos estudos LGBTQ (Nogueira e Oliveira, 2010), a sua centralização nos grandes centros urbanos não tem permitido uma análise profunda das vivências em contextos mais isolados, com menos densidade populacional ou em meios rurais.

Neste trabalho, utiliza-se a Região Autónoma dos Açores (RAA) para nos debruçarmos sobre esta ausência e contribuir para o corpo de estudos acerca das sexualidades do nosso país. Através da geografia insular, pretende-se refletir na importância do espaço nas liberdades das pessoas LGBTQ. Para tal, utilizamos

um reconhecido fator de visibilidade, o ativismo LGBTQ local (Santos, 2013).

Será a prática de ativismo LGBTQ semelhante nos grandes centros urbanos ou em cidades pequenas? Será a insularidade um fator de relevo quando se considera o ativismo LGBTQ local? De que forma o espaço insular é ou não representado nos discursos das pessoas que têm vindo a dar visibilidade a estes temas na RAA? Estas são algumas das questões abordadas ao longo deste estudo. Demonstra-se que a visibilidade e o espaço estão intimamente interligados — de resto, estando em sintonia com diversa literatura da área da Geografia das Sexualidades (Bell e Valentine, 1995; Browne et al., 2007; Browne e Brown, 2016; Hubbard, 2018; Browne et al., 2019) —, sendo ambas peças fundamentais para o entendimento dos fenómenos de discriminação. Pretende-se assim contribuir para que a discriminação sentida pela população LGBTQ passe a ser um relato dos artigos científicos do passado, não cabendo em sociedades contemporâneas comprometidas há mais de sete décadas com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Metodologia de investigação

Este artigo apresenta parte dos resultados de uma investigação realizada no âmbito de uma tese de doutoramento em Direitos Humanos nas Sociedades Contemporâneas. Esta investigação é feita a partir de uma análise qualitativa que utiliza

a Região Autónoma dos Açores enquanto estudo de caso, com foco nas duas ilhas mais populosas: São Miguel e Terceira¹. Para o artigo, são considerados os dados relativos a sete entrevistas realizadas a ativistas LGBTQ, que permitirão uma reflexão acerca do conceito de insularidade e das visibilidades das pessoas LGBTQ locais, através do olhar de pessoas que fazem ou fizeram ativismo no arquipélago.

As entrevistas foram identificadas de “A” a “G”. Anonimizar dados qualitativos, especialmente em contextos com as características geográficas e sociais exploradas ao longo deste trabalho, demonstra-se uma tarefa difícil, muitas vezes não alcançável (Surmiak, 2018). Não obstante, este foi um tema que não levantou inquietações de maior, sendo que as pessoas entrevistadas demonstraram total despreocupação relativamente à possibilidade da revelação da sua identidade. A decisão de manter o anonimato, tanto das pessoas como das associações que representam, foi ponderada tendo em conta diversos fatores. A manutenção do anonimato em casos de estudo de minorias e grupos vulneráveis é amplamente defendida na literatura, uma vez que poderá prevenir a marginalização e estigmatização das pessoas em causa (Vainio, 2012). No decorrer do trabalho, ainda que as pessoas entrevistadas sejam ativistas, foi perceptível que a

¹ São Miguel e Terceira são as ilhas onde reside a grande maioria da população açoriana, cerca de 80% (Pordata, 2020).

sua visibilidade enquanto membros da comunidade LGBTQ era negociada em algumas circunstâncias. Relativamente às associações, optou-se por não revelar os nomes por motivos que se explorarão mais adiante, ligados ao facto de estas serem maioritariamente geridas por apenas uma pessoa, o que se incompatibiliza com a decisão de manter o anonimato de quem participou no estudo.

Para a recolha de contactos, foi feita uma análise exploratória em 2018, por ocasião da quarta e última marcha LGBTQ de Ponta Delgada. A presença neste evento permitiu aceder ao contacto do responsável pela organização da marcha, assim como do ativista que gere a associação que organizou as primeiras três marchas na ilha. Estes dois ativistas foram os *gatekeepers* (Crowhurst, 2013) para os restantes contactos em São Miguel. Relativamente à Terceira, foi a análise documental a dois dos jornais regionais (*Açoriano Oriental* e *Diário Insular*) que levou ao nome de um ativista nesta ilha. As restantes pessoas foram contactadas através da metodologia de bola de neve [*Snowball sampling*] (Heckathorn e Cameron, 2017).

Dado o interesse nas perceções e experiências das vivências locais, as entrevistas foram semiestruturadas (Mason, 2002); e devido à atual situação pandémica Covid-19, foram realizadas na sua totalidade *online*, através da plataforma Zoom. Ao iniciar a entrevista, era feito o pedido para a gravação e a leitura do consentimento informado. Posteriormente, foi feita a trans-

crição *verbatim*, com recurso ao programa MAXQDA, a codificação e interpretação dos dados através de análise temática (Braun e Clarke, 2006; Lester et al., 2020) e redes temáticas (Attride-Stirling, 2001).

Hastear a bandeira no meio do Atlântico

Chegou-se ao contacto com oito pessoas que fizeram ou fazem ativismo LGBTQ na ilha de São Miguel e na ilha Terceira. Destas, sete aceitaram em tempo útil o convite para a realização de entrevista. Foram realizadas entre julho e setembro de 2020, com uma duração média de 1h40m.

Três participantes faziam parte de associações LGBTQ; dois, de grupos informais; e dois não estavam associados a qualquer grupo ou associação. As idades estavam compreendidas entre os 19 e os 46 anos. Relativamente à escolaridade, quatro tinham concluído o ensino superior e três tinham o ensino secundário ou curso profissional equivalente. Apenas uma destas pessoas nunca tinha vivido fora dos Açores e apenas um não nasceu nesta Região Autónoma. Na data das entrevistas, viviam três ativistas em São Miguel, dois na Terceira, um noutra ilha do grupo central e um fora de Portugal.

Relativamente à orientação sexual e/ou identidade de género, ao longo das entrevistas as pessoas identificaram-se como mencionado da tabela seguinte:

É interessante analisar que apenas uma pessoa se refere à sua identidade

de género, presumivelmente por ser a única com uma identidade diferente de cisgénero. Mesmo neste caso, ao longo da entrevista fluía entre uma autoidentificação enquanto homem gay e pessoa não binária. Relativamente à orientação sexual, dois dos ativistas não referiram diretamente a sua orientação sexual, mas afirmavam ter, ou ter tido, relações amorosas com outros homens.

A codificação preliminar das entrevistas permitiu elaborar uma rede temática com os assuntos mais explorados tanto relativamente às experiências de fazer ativismo LGBTQ nos Açores, como sobre a experiência e/ou perceção de se ser uma pessoa LGBTQ na região. Para ambos os casos, o espaço tornou-se central nas descrições das vivências. Identificaram-se três categorias relativamente a estes tópicos: 1) Geografia Insular; 2) Espaço Público; 3) Rural vs. Cosmopolita.

Relativamente às experiências de ativismo, as perceções são unânimes. O contexto açoriano parece ser um lugar de difícil acesso à mobilização social,

não só no caso do ativismo LGBTQ, mas em geral. De resto, tal dificuldade vai ao encontro da literatura (Almeida, 2009), como sendo uma característica comum ao território português, muitíssimo expressiva no contexto em análise.

“Eu sei que isso aí [Continente] também acontece, mas aqui é bem pior, porque como é um **sítio mais fechado** todas as bichas se conhecem... há mais censura. Aí, a comunidade LGBTQ não tem medo de dizer o que pensa porque é **uma zona maior** e as pessoas não estão logo com a predisposição para censurar. Cá, como é **um meio mais pequeno**, as pessoas entretêm-se falando mal da vida uns dos outros.”

(Entrevista D)

Foi mencionada sem exceção a dificuldade acrescida de se fazer ativismo LGBTQ nas ilhas, e a complexidade atribuída ao espaço:

“É muito difícil e é muito cansativo. É mais cansativo do que nas **grandes ci-**

Tabela 1. Orientação sexual e/ou identidade de género das pessoas entrevistadas.

Identificação	N.º de ativistas
Homossexual/Gay	1
Lésbica	1
Bissexual	1
Homens que têm relações com homens	2
Não Binário/Homem Gay	1
Heterossexual	1

dades. A minha experiência [enquanto ativista] era sempre em grandes cidades, fazíamos as nossas coisas e pronto, algo avançava sempre, aqui não é assim. [...] É sempre só uma pessoa [...] e depois é quase sempre alguém que **esteve em Lisboa** ou **noutro lugar** e veio e quer fazer algo porque é preciso e tal, mas daí a uns meses... esquece.”

(Entrevista B)

A ideia levantada por este ativista (entrevista 3), de que as pessoas que acabam por querer fazer ativismo LGBTQ na região são pessoas que saíram do arquipélago e depois voltaram, apareceu em mais do que uma entrevista, e acaba por ser uma tendência também corroborada pelos dados que aqui se apresentam, em que apenas uma das pessoas entrevistadas não viveu fora da RAA.

“É assim, eu também quando vim para cá, eu vinha com... também vinha **de Lisboa**, que é um mundo, não é? Muita coisa acontece e vinha com muita vontade de fazer coisas (...) tinha uma série de ideias para fazer algumas iniciativas mas eu depois fui esmorecendo.”

(Entrevista F)

Na verdade, esta ideia da quebra da insularidade, além de aparecer associada ao ativismo LGBTQ, aparece também na percepção sobre as pessoas que costumam participar nas atividades organizadas:

“Estou a dizer aquela elite mais intelectual, mais liberal, que também **já saiu da ilha**. Ou seja, também teve alguns estudantes de **Erasmus**, pronto. Agora... chegar à **pessoa da ilha**, que nunca **saiu da ilha**... é muito difícil chegar.”

(Entrevista F)

A ilha ou a quebra da insularidade surgem enquanto elementos centrais nas descrições das experiências relatadas. Enquanto a insularidade aparece associada a dificuldades, a quebra da insularidade, por sua vez, é identificada enquanto aliada, seja porque há uma ideia de classe social elevada associada à pessoa que sai da ilha, de quem se esperam atitudes mais liberais e informadas, seja por trazer pessoas que poderão contribuir para a visibilidade do tema LGBTQ a nível local:

“Não porque... eu falo por mim...”

Na rua... Os **turistas** têm tido um bom papel nisso que eu vou falar agora, que é: os meus amigos LGBT, cá, não conseguem estar de mão dada **na rua**. Não conseguem quebrar o tabu e **os turistas é que vêm para o quebrar.**”

(Entrevista A)

Este reconhecimento de que a visibilidade LGBTQ na região se encontra diretamente relacionada com as pessoas que “vêm de fora” liga-se à ideia generalizada de que as sexualidades/identidades não normativas locais vivem “no armário”.

“[...] é incrível de ver, porque eu vim de um mundo que é completamente diferente. Sim, continua a existir gente no armário, continua e existir violência e tudo, mas era o oposto, 90% estavam fora e 10% no armário. Aqui [nos Açores], **é mais de 90% que continuam no armário.**”

(Entrevista B)

Aqui, através das questões direcionadas à percepção ou experiência de se ser LGBTQ nos Açores, foi possível revelar a insularidade e o isolamento enquanto fatores centrais nas experiências relatadas. No esquema que se segue, apresentam-se algumas das palavras utilizadas para descrever esta relação:



Figura 1. Palavras utilizadas para descrever a experiência LGBTQ em contexto insular.

As palavras utilizadas, assim como as experiências relatadas nos raros casos descritos enquanto vivências livres e visíveis, são quase só por si esclarecedoras da ausência de visibilidade pública:

“[...] **é um meio muito mais pequeno, ficas muito mais exposto** [...] o que eu quero dizer com isto é que é **difícil** às vezes movimentar aqui, porque **não te sentes tão protegido, não te sentes tão confortável.** Pá, pequenas coisas como eu vou na **rua** de mão dada com a minha namorada, que é perfeitamente normal, e as pessoas conseguem ainda ficar paradas e olhar. Sabendo que eu sou de cá, nunca escondi nada em relação à minha orientação sexual [...] mas há sempre estes olhares, há sempre aquele choque [...] é literalmente assim, não é um dia, nem dois, é todos os dias, várias vezes ao dia. **É massacrante.**”

(Entrevista E)

As ideias relativas à vivência num território insular e “pequeno” foram associadas às dificuldades de se fazer ativismo e consequentemente de se contribuir para a visibilidade destes assuntos a nível local. Acresce uma sensação de superexposição, não necessariamente relacionada com a prática do ativismo, mas com a visibilidade geral, atribuída ao número de habitantes e ao isolamento, dando às pessoas uma sensação de impossibilidade de anonimato. Veja-se a tabela seguinte:

Esta ideia de anonimato é muitas vezes mencionada enquanto “requisito” para as pessoas viverem livremente, como se lê nos seguintes exemplos:

“As pessoas **saem** pela privacidade, mas também para lidarem consigo

Tabela 2. Relatos da sensação de superexposição.

Entrevista	Relato
A	"Aqui nos Açores, toda a gente se conhece"
B	"Porque toda a gente se conhece, é que, literalmente, toda a gente se conhece"
C	"Porque toda a gente se conhece [...] a minha família é uma família muito antiga [...] acho que a maioria das pessoas conhece"
D	"Porque é um meio muito fechado, é um meio pequeno, toda a gente se conhece"
G	"Posso não conhecer as pessoas, mas conheço. Porque é filho, primo, tio... nós estamos quase todos interligados"

próprios um bocadinho, não é? Especialmente o masculino, que **sai**, vai para Lisboa, ou para o Porto, ou para Madrid, e pronto, como a gente costuma dizer, tornam-se grandes bichas. E depois, **vêm** para os Açores e são uns senhores conservadores que dizem mal de tudo."

(Entrevista B)

"Mas pronto, em relação aqui ao caso específico **da ilha** [...] realmente sente-se muito, ou seja, mesmo quem é gay, lésbica, por aí fora, não... podem até assumir, claramente, mas socialmente tentam sempre ser mais... **filtrar** mais aquilo que sentem, partilhar afetos e isso, porque **ficam cansados** sempre dos olhares, ou... é assim..."

(Entrevista F)

Os aspetos mencionados, juntamente com outros levantados ao longo das entrevistas, como um expressivo conservadorismo religioso² (associado a disci-

minação) ou o medo de rejeição familiar, perda de emprego, violência, de entre outros, comprovam o que há muito se defende nos estudos sobre sexualidades: que a (in)visibilidade se revela um fator-chave nas vivências e liberdades das pessoas com sexualidades e identidades não normativas (Cruikshank, 1992). Há uma negociação das visibilidades associadas à "diferença", e esta negociação relaciona-se diretamente com a sensação de risco ou de vulnerabilidade (Colliver, 2021). Estas presenças, quando visíveis, em sociedades estruturalmente homofóbicas e transfóbicas, são expressas através de um elemento essencial, que é o espaço (Bell e Valentine, 1995; Binnie e Valentine, 1999; Browne et al., 2007; Browne e Brown, 2016), e que o

podem provir da literatura ou de discursos políticos; e nas entrevistas aqui realizadas, é um tema transversal no imaginário das pessoas. Não obstante, este é um "rótulo" embutido em pré-conceitos, sobre os quais deve ser feita uma reflexão crítica. Este não será o espaço onde farei esse exercício; no entanto, pode ser lido no trabalho de Miguel Vale de Almeida (2009).

² É frequente encontrarmos referências sobre a ligação do povo açoriano ao Catolicismo. Estas

presente trabalho vem corroborar. Veja-se, por exemplo, os resultados de vários relatórios³ nacionais e internacionais, que mostram que a esfera pública serve muitas vezes de lugar de “correção” para pessoas que não encaixem na norma, seja através de olhares, ataques verbais, ou mesmo violência física (FRA, 2020; ILGA, 2020), levando a que muitas pessoas LGBTQ sintam que têm de esconder a sua orientação sexual e/ou identidade ou expressão de género.

A reflexão que cabe fazer nesta secção é que o isolamento conferido pela condição geográfica da insularidade parece funcionar enquanto reforço destas dificuldades, tornando o ato de “hastear a bandeira no meio do atlântico” uma ação particularmente complexa: seja pela sensação de realidade aumentada no que toca à importância do indivíduo na sociedade; seja pela falta da ideia de protecção de grupo ou do anonimato, conferidos geralmente pelas grandes cidades; ou ainda pelo medo de exposição que pode advir de situações delicadas, como a procura de auxílio médico ou psicológico.

A geografia insular revela-se uma ferramenta de análise extremamente

interessante ao demonstrar que o isolamento conferido pela condição geográfica ultrapassa os limites da geografia, permeando a vida das vivências não cisheteronormativas, como se irá explorar na secção seguinte.

Ativistas-ilha

Este trabalho reflete nas (in)visibilidades da população LGBTQ, relacionando-a com o isolamento conferido pelo contexto geográfico. Como referido anteriormente, as condições geográficas estudadas parecem trazer uma dificuldade acrescida à promoção das visibilidades não cisheteronormativas.

Poder-se-ia especular que a vivência num sítio mais isolado onde “toda a gente se conhece” pudesse ser um fator facilitador, por exemplo, na busca de um grupo com vontade de lutar por uma causa comum. No entanto, os dados revelam outra realidade. Nenhuma das pessoas entrevistadas fazia parte da mesma associação ou grupo, tampouco tinham organizado eventos em conjunto. Apenas em dois dos casos, uma associação e um grupo informal, se tinha começado com um conjunto de pessoas, que, com o tempo, ficou reduzido a uma só pessoa. Noutro caso, uma associação nacional que ganhou representatividade nesta região autónoma começou com duas pessoas, e com o passar dos anos ficou, à semelhança dos anteriores, reduzida a um indivíduo. Os restantes casos são ativistas isolados que

³ Veja-se, por exemplo, os dados relativos ao relatório da European Union Agency for Fundamental Rights (2020), que demonstram que em Portugal 40% das pessoas LGBTQI inquiridas afirmam ter sido vítimas de discriminação em situações do dia a dia, como uma simples ida ao café, a um restaurante ou mesmo a um hospital. Disponível em <https://fra.europa.eu/en/publication/2020/eu-lgbti-survey-results> (consultado em 2-3-2021).

tentam, de forma isolada, dar visibilidade a estes temas. Logo neste primeiro ponto, pode levantar-se a insularidade enquanto fator, sendo que estas pessoas estão divididas por três ilhas distintas, o que dificulta possíveis colaborações.

No que toca à captação de pessoas para os movimentos existentes, a dificuldade sentida em manter ou atrair novos membros também parece estar diretamente associada a fatores socioculturais ligados ao contexto geográfico. A análise efetuada a partir das entrevistas permitiu perceber que a dificuldade com a renovação de recursos humanos nos coletivos existentes não acontece por falta de vontade dos elementos responsáveis pelas associações — tanto as formais como os grupos informais —, mas por motivos relacionados com a sobreexposição sentida pelas pessoas LGBTQ locais.

As descrições que se reportavam ao receio de exposição foram muito frequentes, como também se demonstrou na secção anterior, associadas a um medo de “*coming out* forçado” (*outing*⁴). Baldacchino e Veenendaal (2018) apontam-nos como característica basal das “sociedades-ilha” a intimidade. Esta intimidade refere-se às características do ambiente social, que é caracterizado por profundas conexões pessoais e sobreposições de relações. Este facto pode

ser justificativo da perceção dominante transmitida ao longo das entrevistas de que as pessoas LGBTQ locais vivem no armário. Acresce a este ponto o facto de, mesmo nos casos em que assumiram publicamente a sua diversidade sexual ou de género, as pessoas não terem comportamentos na esfera pública diferentes dos esperados pela heteronorma. Como, por exemplo a demonstração pública de afetos por casais homoafetivos.

A referência a “sair da ilha” também aparece enquanto recurso apresentado pelas pessoas entrevistadas: a “solução” para muitas pessoas LGBTQ açorianas que, reunindo as condições socioeconómicas, escolhem sair, preferindo encontrar refúgio no anonimato. Esta tendência migratória acresce aos fatores que permitem interpretar a invisibilidade LGBTQ a nível local.

A fraca participação da comunidade açoriana nos eventos relacionados com o tema, compensada em número por estudantes universitários ao abrigo do Programa Erasmus ou turistas estrangeiros de passagem na região, demonstra a importância do fluxo de pessoas na “quebra da insularidade”. Além das observações no terreno, o papel do turismo foi várias vezes apontado pelas pessoas entrevistadas como um fator de grande importância na visibilidade das vivências LGBTQ a nível local.

O conjunto de dados que se apresenta neste trabalho mostra que, no caso em análise, o isolamento conferido pelo

⁴ O termo *outing* é utilizado para descrever uma situação em que a orientação sexual de uma pessoa é revelada a terceiros contra a sua vontade (Rodrigues et al., 2010).

contexto geográfico ultrapassa a própria geografia e permeia as vidas destes/as ativistas, isolando-os. A análise realizada leva-me a sugerir que estes são, de facto, Ativistas-ilha, rodeados por um mar de invisibilidade alimentado e reforçado pela condição insular. Este mar de invisibilidade esconde a restante comunidade LGBTQ local, também ela constituída por Pessoas-ilha, submersas pelos mesmos fatores e condicionantes.

Esta secção serviu para demonstrar o isolamento vivido pelas pessoas que praticam ativismo LGBTQ na Região Autónoma dos Açores. Através das suas experiências e relatos, verifica-se que estes Activistas-ilha têm uma dificuldade acrescida na luta pelos direitos e liberdades das pessoas LGBTQ locais. O isolamento, quer dos membros de coletivos, quer das restantes Pessoas-ilha, dificulta a construção de um movimento social sustentável no tempo, um movimento forte e coeso, capaz de responder às necessidades locais. A centralidade do espaço fica clara no contexto analisado, demonstrando que devem ser tidas em conta as suas particularidades e características idiossincráticas, permitindo a análise e constituição de medidas futuras que contemplem o exercício de liberdades e direitos para toda a população local.

Conclusão

Mas contra o que se poderia tirar da área apertada que nos coube no berço,

quanto à nossa equação com o mundo e à nossa maneira de respirar, a verdade é que ninguém mais do que o ilhéu, a não ser talvez o homem da planície, possui o instinto da amplidão. É com os próprios olhos que tiramos do mar a terra que nos faltou.

Vitorino Nemésio, 1983

Começa-se a conclusão deste trabalho citando Vitorino Nemésio, célebre poeta e escritor açoriano, cuja obra também se debruça sobre o conceito de insularidade para compreender e descrever a sociedade açoriana do século XX (Rosa e Trigo, 1987). A importância dada ao conceito que encontramos nos escritos do poeta e romancista revela-se útil também nos terrenos das ciências sociais. Este trabalho demonstrou que a geografia insular faz parte das descrições das vivências das pessoas que fazem ou fizeram ativismo LGBTQ nesta região autónoma, permitindo-nos fazer uma reflexão acerca da centralidade do espaço quando pensamos nas (in)visibilidades da população LGBTQ. Os dados apresentados estão de acordo com o demonstrado na literatura que aponta para o espaço enquanto elemento fundamental da análise das realidades sobre a diversidade sexual e de género (Browne et al., 2019). Mostra-nos como as exclusões sociais se relacionam com a exclusão do espaço e a invisibilidade; e, conseqüentemente, a reflexão nestes aspetos permite o planeamento de futuras ações de combate à discriminação, agindo em conformida-

de com as especificidades de cada local.

A insularidade revelou-se um elemento-chave no imaginário das pessoas entrevistadas, sendo apresentada enquanto reforço das dificuldades sentidas ou percecionadas das vivências das pessoas LGBTQ. Já a quebra da insularidade surge nos discursos enquanto aliada, por variados motivos, de entre eles a visibilidade proporcionada por turistas e evitada pela população LGBTQ local.

As características do espaço insular, descrito como “pequeno”, “fechado” ou como “efeito-bolha”, revelam um contexto onde a mobilização social se apresenta particularmente difícil, deixando as pessoas que tentam dar visibilidade ao tema na condição de Activistas-ilha. A negociação da visibilidade da diversidade sexual e de género torna-se particularmente desafiante nestes contextos, onde o anonimato parece uma condição inalcançável, exacerbando o medo de *outing*, da perda de relações sociais, a perda de emprego, ou simplesmente pelo cansaço da exposição. Estes fatores podem justificar a falta de visibilidade descrita pelas pessoas inquiridas, isolando-as na condição de agentes de visibilidade com os quais a restante população não se parece querer envolver.

A análise das particularidades deste contexto insular permite verificar — a título de proposta para trabalhos futuros — a utilidade de acompanhar o trabalho de profissionais de saúde a nível local. A relação positiva entre a revelação da identi-

dade e/ou orientação sexual no encontro com profissionais desta área tem vindo a ser demonstrada na literatura (Cahill e Makadon, 2014; Law et al., 2015). Os resultados que aqui se apresentam mostram que as estratégias de cuidados e prevenção devem ter em conta as características do espaço, demonstrando que em casos de grande isolamento poderá ser ainda mais difícil esta revelação, devendo ser trabalhadas estas sensibilidades a nível local, por exemplo a partir da formação das pessoas responsáveis pela prestação destes cuidados. Esta é uma das muitas aplicabilidades de uma análise enfocada nas especificidades do espaço, que se demonstra particularmente útil em contextos como o apresentado.

Em Portugal, alterações legislativas progressistas têm contribuído para o combate à secular discriminação da população LGBTQ — a alteração ao código do trabalho; o casamento entre pessoas do mesmo sexo; o direito à adoção; o direito ao acesso à Procriação Medicamente Assistida; ou a lei da autodeterminação da identidade e expressão de género e proteção das características sexuais. Não obstante, avanços legais não se traduzem necessariamente em sociedades mais igualitárias. São um contributo que requer intervenção específica, com atenção às características sociais, culturais, e, como este trabalho vem corroborar, às características geográficas de cada espaço. A condição insular, caracterizada pelo isolamento geográfico, contribui para um

hiato significativo entre a lei e a prática — este hiato é merecedor da atenção das sociedades contemporâneas, comprometidas há mais de sete décadas com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Agradecimentos

Este trabalho foi financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e Fundo Social Europeu (FSE) – Programa Operacional Regional Centro, no âmbito da bolsa de investigação (PD/BD/142803/2018).

Referências bibliográficas

- Almeida, M.V. 2009. *A chave do armário: homossexualidade, casamento, família*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Attride-Stirling, J. 2001. Thematic networks: an analytic tool for qualitative research. *Qualitative Research*, 1(3): 385–405.
- Baldacchino, G.; Veenendaal, W. 2018. Society and community. In: Baldacchino, G. (ed.). *International Handbook of Island Studies: A world of islands*. Nova lorque, Routledge: 339–352.
- Bell, D.; Valentine, G. 1995. *Mapping desire*. Nova lorque, Routledge.
- Binnie, J.; Valentine, G. 1999. Geographies of sexuality: a review of progress. *Progress in Human Geography* [Online], 23(2). [Consultado em 18-04-2021]. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/030913259902300202>.
- Braun, V.; Clarke, V. 2006. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2): 77–101. DOI: 10.1191/1478088706qp0630a.
- Browne, K.; Lim, J.; Brown, G. 2007. *Geographies of sexualities: theory, practices and politics*. Surrey, Ashgate.
- Browne, K.; Brown, G. (eds.). 2016. *The Routledge research companion to geographies of sex and sexualities*. Oxon, Routledge.
- Browne, K.; Banerjee, N.; McGlynn, N.; Bakshi, L.; Beethi, S.; Biswas, R. 2019. The limits of legislative change: moving beyond inclusion/exclusion to create 'a life worth living'. *Environment and Planning C: Politics and Space* [Online], 39(1): 30–52. DOI: 10.1177/2399654419845910.
- Cahill, S.; Makadon, H. 2014. Sexual orientation and gender identity data collection in clinical settings and in electronic health records: a key to ending LGBT health disparities. *LGBT health* [Online], 1(1): 34–41. DOI: 10.1089/lgbt.2013.0001.
- Colliver, B. 2021. *Re-imagining hate crime: transphobia, visibility and victimisation*. Cham, Palgrave Macmillan.
- Crowhurst, I. 2013. The fallacy of the instrumental gate? Contextualizing the process of gaining access through gatekeepers. *International Journal of Social Research Methodology*, 16(6): 463–475.
- Cruikshank, M. 1992. *The gay and lesbian liberation movement*. Nova lorque, Routledge.
- Ferreira, E.; Silva, M.J. 2011. Equality policy in Portugal: the case of sexual orientation. In: Mortmans, J.; Cuyper, D.; Meier, P.; Mortelmans, D.; Zanoni, P. (eds.). *Equal is not enough: chal-*

- lenging differences and inequalities in contemporary societies*. Conference Proceedings. Antwerp, Policy Research Centre on Equal opportunities, University of Antwerp – Hasselt University: 142–155.
- Fundamental Rights Agency. 2020. *A long way to go for LGBTI equality*. [Online]. [Luxembourg], European Union Agency for Equal Rights. [Acedido em 05-04-2021]. Disponível em: https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/fra-2020-lgbti-equality-1_en.pdf.
- Heckathorn, D. D.; Cameron, C. J. 2017. Network sampling: from snowball and multiplicity to respondent-driven sampling. *Annual Review of Sociology*, 43: 101–119. DOI: 10.1146/annurev-soc-060116-053556.
- Hubbard, P. 2018. Geography and sexuality: why space (still) matters. *Sexualities*, 21(8): 1295–1299. DOI: 10.1177/1363460718779209.
- ILGA Portugal. 2020. *Relatório anual 2019: discriminação contra pessoas LGBTI+*. [Online]. [Lisboa], Observatório da discriminação contra pessoas LGBTI+. [Acedido em 5-04-2021]. Disponível em: https://ilga-portugal.pt/ficheiros/pdfs/observatorio/ILGA_Relatorio_Discriminacao_2019.pdf.
- Kapur, R. 2006. Revisioning the role of law in women's Human Rights struggles. In: Meckled-García, S.; Çali, B. (eds.). *The legalization of Human Rights: Multi-disciplinary perspectives on Human Rights and Human Rights Law*. Nova Iorque, Routledge: 101–116.
- Law, M.; Mathai, A.; Veinot, P.; Webster, F.; Mylopoulos, M. 2015. Exploring lesbian, gay, bisexual, and queer (LGBQ) people's experiences with disclosure of sexual identity to primary care physicians: A qualitative study. *BMC Family Practice*, 16: 1–8. DOI: 10.1186/s12875-015-0389-4.
- Lester, J. N.; Cho, Y.; Lochmiller, C. R. 2020. Learning to do qualitative data analysis: a starting point. *Human Resource Development Review*, 19: 94–106. DOI: 10.1177/1534484320903890.
- Mason, J. 2002. *Qualitative researching*. Londres, SAGE Publications.
- Nogueira, C.; Oliveira, J. M. 2010. *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*. Lisboa, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Parlamento Europeu. 2021. *Resolução do Parlamento Europeu sobre a proclamação da EU como zona de liberdade para pessoas LGBTIQ (2021/2557RSP)*. [Online]. [Bruxelas], Parlamento Europeu. [Acedido em 2-05-2021]. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2021-0089_PT.html.
- Pordata. 2020. *Retrato dos Açores PORDATA*. [Online]. [Lisboa], Fundação Francisco Manuel dos Santos. [Acedido em 04-04-2021]. Disponível em: <https://www.pordata.pt/ebooks/AC2020v20200817/mobile/index.html>.
- Rodrigues, L.; Nogueira, C.; Oliveira, J. M. 2010. Violência em casais LGB- Estudo preliminar. In: Nogueira, C.; Oliveira, J. M. (eds.). *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*. Lisboa, Comissão para a Cida-

- nia e Igualdade de Género: 243–266.
- Rosa, V. P.; Trigo, S. 1987. Da insularidade à açorianidade : algumas reflexões. *Arquipélago. Ciências Sociais*, 2: 187–201.
- Santos, A. C. 2013. *Social movements and sexual citizenship in southern Europe*. Basingstoke, Palgrave-Macmillan.
- Santos, A. C. 2018. Luta LGBTQ em Portugal: duas décadas de histórias, memórias e resistências. *Revista transversos* [Online], 14: 36-51. [Consultado em 24/04/2021]. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/39327>.
- Surmiak, A. 2018. Confidentiality in qualitative research involving vulnerable participants: researcher’s perspectives. *Forum: Qualitative Social Research* [Online], 19(3). [Consultado em 30-06-2021]. Disponível em: <https://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/3099/4269>.
- Vainio, A. 2012. Beyond research ethics: anonymity as ‘ontology’, ‘analysis’ and ‘independence’. *Qualitative Research*, 13(6): 685–698. DOI: 13.10.1177/1468794112459669.

(Página deixada propositadamente em branco)